

dos Estatutos da Escola Superior de Educação de Santarém, homologados pelo Despacho n.º 15143/2009, de 03 de julho, bem como pelo Despacho n.º 1933/2019, de 26 de fevereiro, delego e subdelego no Secretário da Escola Superior de Educação de Santarém, Dirigente Intermédio de 1.º grau Rodrigo Nuno Neves Manzoni de Sequeira, as competências para:

a) Representar a unidade orgânica perante os demais órgãos do IP-Santarém e perante o exterior;

b) Autorizar a cedência temporária dos espaços afetos à Escola a docentes, não docentes e discentes, bem como a entidades terceiras para a realização de eventos ou outras atividades temporárias;

c) Autorizar a cedência temporária de bens móveis afetos à ESES (exceto os afetos aos Centros), à respetiva comunidade académica, ou a pessoas coletivas ou singulares externas à Escola, no âmbito de atividades pedagógicas, letivas, de investigação, de prestação de serviços à comunidade e de realização de eventos organizados ou coorganizados pela ESES, desde que para utilização adequada aos fins ou atividades para os quais foram adquiridos;

d) Autorizar o serviço de transporte do motorista da ESES nas deslocações em serviço ao pessoal docente e não docente;

e) Assinar a correspondência e expediente necessários à recolha de elementos para instrução dos processos que corram nos respetivos serviços, mesmo quando endereçada aos serviços centrais de competência técnico-normativa específica;

f) Assegurar o despacho normal de expediente, apresentando à assinatura da Diretora ou Subdiretor os documentos que dela careçam;

g) Autorizar pedidos de cópia/impressão dos funcionários docentes e não docentes, bem como a respetiva atribuição de *plafonds*;

h) Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao limite do fundo de maneiço;

i) Autorizar o arrendamento de salas, auditórios, laboratórios, ateliês, quartos e a consequente arrecadação de receitas;

j) Assegurar o registo e encaminhamento de toda a correspondência entrada na Escola;

k) Acompanhar a execução financeira da Escola;

l) Autorizar o processamento de despesas de colaboração técnica e especializada de funcionários docentes e não docentes no âmbito de protocolos, contratos ou acordos celebrados com outras Instituições.

m) Autorizar a saída de bens, equipamentos ou materiais, afetos à ESES, com vista à sua reparação, conservação ou manutenção;

n) Autorizar a inscrição e participação do pessoal não docente em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço;

o) Autorizar e despachar todos os atos de gestão de recursos humanos ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 1933/2019, de 26 de fevereiro, no que respeita ao pessoal não docente afeto aos serviços e centros da Escola;

p) Acompanhar como responsável financeiro a execução dos projetos da Escola;

q) Autorizar a cedência de material de apoio a atividades e eventos nos quais a Escola organiza ou participa.

r) Assinar o expediente corrente no âmbito das matérias referentes aos Serviços Académicos;

s) Despachar os requerimentos de caráter administrativo dos estudantes, nomeadamente:

I. Pedidos de candidatura, inscrição, matrículas e também aplicação dos agravamentos correspondentes no caso de serem fora de prazo;

II. Justificação de faltas;

III. Anulações de matrículas;

IV. Atribuição dos regimes ou estatutos especiais — trabalhador-estudante, atleta federado, estudante bombeiro, pais e mães estudantes, e outros previstos na lei;

V. Promover e acompanhar a cobrança de dívidas de propinas.

1 — Consideram-se ratificados todos os atos, que no âmbito da faculdade de subdelegação agora concedida, tenham sido, entretanto praticados pelo subdelegado, se já em funções, desde da sua tomada de posse, até à publicação do presente Despacho no *Diário da República*.

29 de março de 2019. — A Diretora da Escola Superior de Educação de Santarém, *Susana Isabel Gueifão Colaço*.

312187311

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Aviso n.º 6527/2019

No âmbito do programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), nos termos e para os efeitos conjugados do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e do n.º 6 do artigo 36.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho do presidente do IPS, de dia 27/03/2019, foi homologada a classificação final do procedimento de regularização para recrutamento de um professor adjunto, na área de Gestão de Recursos Humanos, para exercer funções na Escola Superior de Ciências Empresariais, publicado com o código OE201901/0457.

Torna-se ainda público que se encontra disponibilizada em www.ips.pt e afixada em local visível e público nas instalações do IPS, a ata contendo o resultado final do supramencionado procedimento concursal.

29 de março de 2019. — A Administradora, *Dr.ª Lurdes Pedro*.

312189078

Despacho (extrato) n.º 3989/2019

Por despachos do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal proferidos nas datas abaixo indicadas:

De 27 de setembro de 2018:

Francisca Rita Lopes Ferreira — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria e carreira de técnica superior, para exercer funções neste Instituto Politécnico, com a remuneração base de 2 231,32 €, situada na 7.ª posição remuneratória e nível remuneratório 35, da tabela remuneratória única, na sequência da consolidação da mobilidade interna, com efeitos a partir de 01/08/2018, considerando-se sem efeito a situação jurídico-funcional anterior.

De 15 de fevereiro de 2019:

Marta Gago da Silva Lanz Ramos Dias — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, como assistente convidada, em regime de tempo parcial a 55 %, para exercer funções na Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal de 600,17 €, correspondente ao escalão 1, índice 100, pelo período de 19/02/2019 a 14/08/2019.

25 de março de 2019. — A Administradora, *Dr.ª Lurdes Pedro*.

312184403



PARTE G

APFF — ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ, S. A.

Regulamento n.º 336/2019

O Conselho de Administração da APFF — Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro, pelas alíneas c) e d) do artigo 11.º dos Estatutos que lhe são anexos, arti-

gos 6.º e 7.º, ambos do Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro e artigos 12.º e 37.º, n.º 1, ambos do Regulamento n.º 406/2017, de 24/07/2017, na sua reunião de 28 de março de 2019, deliberou aprovar o Regulamento de Tarifas Específico da Marina do Porto da Figueira da Foz, em anexo.

29 de março de 2019. — O Presidente do Conselho de Administração, *Olinto Henrique da Cruz Ravara*.

Regulamento de Tarifas Específico da Marina do Porto da Figueira da Foz**Artigo 1.º****Âmbito de aplicação**

O presente regulamento disciplina a cobrança de taxas devidas pela utilização dos espaços, infraestruturas e serviços da Marina do Porto da Figueira da Foz.

Artigo 2.º**Estacionamento nos passadiços**

1 — As taxas aplicáveis ao estacionamento nos passadiços da doca de recreio podem ser diárias, semanais, mensais, trimestrais ou anuais e são diferenciadas em duas épocas distintas: época baixa e época alta.

2 — A época baixa corresponde ao período que decorre de 1 de outubro a 30 de abril e a época alta ao período de 1 de maio a 30 de setembro.

3 — Ao estacionamento nos passadiços da doca de recreio aplicam-se as taxas constantes dos anexos I e II ao presente regulamento.

4 — O estacionamento nos passadiços, por períodos inferiores a 4 horas, está sujeito ao pagamento de uma taxa no valor de 35 % da tarifa diária da respetiva classe, sendo sempre devida a taxa mínima de 5,10 €.

5 — Para efeitos de cálculo do período de estacionamento nos passadiços consideram-se dias indivisíveis, com início às 12 horas de cada dia.

6 — As taxas anuais de estacionamento serão objeto de bonificação, caso os interessados requeiram a emissão da respetiva licença para 3 anos, usufruindo de um desconto de 25 % no primeiro ano, de 20 % no segundo ano e de 10 % no último, importância que será creditada ou reembolsada até ao termo do mês subsequente ao termo do período de fidelização.

Artigo 3.º**Fundeadoiro**

1 — Às embarcações que utilizem a área de fundeadoiro para estacionamento, por períodos anuais, será aplicada uma taxa correspondente a 25 % da tarifa anual de estacionamento nos passadiços, para a respetiva classe.

2 — Para os restantes casos será aplicada uma taxa correspondente a 50 % da tarifa prevista para estacionamento nos passadiços.

3 — Para efeitos de cálculo do período de estacionamento no fundeadoiro consideram-se dias indivisíveis, com início às 12 horas de cada dia.

Artigo 4.º**Pontões de receção e cais de serviços**

Se, por comprovada necessidade ou determinação da APFF, S. A., uma embarcação tiver que permanecer num dos pontões de receção ou atracada no cais de serviços, ser-lhe-ão aplicáveis as taxas referidas no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 5.º**Estacionamento de embarcações a seco**

1 — Ao estacionamento de embarcações a seco são aplicáveis as taxas constantes do anexo III ao presente regulamento.

2 — Para efeitos de cálculo do período de estacionamento a descoberto consideram-se dias indivisíveis, com início às 12 horas de cada dia.

3 — As embarcações cujos proprietários façam prova do pagamento de estacionamento no passadiço por um período anual, poderão beneficiar de um período grátis de 48 horas de estacionamento a seco, em cada ano civil.

Artigo 6.º**Lavandaria**

1 — A utilização da máquina de lavar roupa pelos utentes da marina, está sujeita ao pagamento de uma taxa unitária de 5,10 €.

2 — A utilização da máquina de secar roupa pelos utentes da marina está sujeita ao pagamento de uma taxa unitária de 5,10 €.

Artigo 7.º**Chaves ou dispositivos eletrónicos de acesso**

A cedência de chaves ou dispositivos eletrónicos para acesso aos passadiços e aos balneários da Marina, está sujeita à prestação de uma caução no valor de 20,39 €, a qual se considera perdida a favor da APFF, S. A., caso não ocorra a respetiva devolução.

Artigo 8.º**Reparação de embarcações**

A utilização da área dominial da Marina para o exercício da atividade de reparação de embarcações fica sujeita ao pagamento de uma taxa diária, semanal, mensal ou anual, com os valores seguintes:

- a) Taxa Diária: 5,10 Euros;
- b) Taxa Semanal: 25,49 Euros;
- c) Taxa Mensal: 91,76 Euros;
- d) Taxa Anual: 968,53 Euros.

Artigo 9.º**Embarcações multicasco**

Às embarcações multicasco será aplicada a taxa correspondente à boca menor, para o escalão relativo ao comprimento da embarcação, acrescido de 50 %.

Artigo 10.º**Estacionamento de veículos**

O estacionamento de veículos no lado nascente e poente da Doca está sujeito ao pagamento das taxas seguintes:

- a) Veículo ligeiro de passageiros — € 4,38/ dia
- b) Veículo ligeiro de mercadorias — € 6,83/ dia
- c) Veículo pesado de passageiros ou de mercadorias — € 9,48/ dia
- d) Atrelado com barco ou mota de água — € 9,48/ dia
- e) Avença anual:
 - e.1) Veículo ligeiro de passageiros ou de mercadorias — € 61,17/ ano
 - e.2) Veículo pesado de passageiros ou de mercadorias — € 89,97/ ano

Artigo 11.º**Disposições finais**

1 — Todos os pagamentos relativos aos estacionamentos e demais taxas referidas no presente regulamento são feitos antecipadamente.

2 — Às taxas constantes do presente regulamento acresce o IVA, à taxa legal em vigor.

3 — O fornecimento de água e energia às embarcações estacionadas nos passadiços está incluído nas taxas referidas no artigo 2.º

4 — As taxas fixadas no presente regulamento são objeto de atualização anual, no mês de janeiro de cada ano, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais, publicado por Aviso do Instituto Nacional de Estatística no *Diário da República*, no ano anterior.

5 — A título excecional, e por forma a compensar o défice de exploração registado na Marina, as tarifas serão objeto de um acréscimo adicional de 1 % nos anos de 2020 e 2021.

Artigo 12.º**Resolução de Casos Omissos**

1 — Compete ao Conselho de Administração da APFF, S. A. deliberar sobre casos omissos no presente regulamento.

2 — Em tudo o que não se encontrar previsto no presente regulamento, aplicar-se-ão os demais regulamentos aprovados pela APFF, S. A., bem como as disposições legais aplicáveis.

Artigo 13.º**Entrada em vigor**

Este Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação no *Diário da República*.

ANEXO I

Tarifas para Utilização dos Passadiços da Doca de Recreio

Tarifário para Estacionamento nos Passadiços — 2019

(Valores sem IVA)

Figueira da Foz			Diária		Semanal		Mensal		Trimestral		Anual
Classe	Comp.	Boca	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	
I	≤ 6 m	Qualquer	4,83	8,46	23,69	41,45	66,33	116,09	139,30	243,77	520,98
II	6 m a 8 m	≤ 2,70	7,74	13,54	37,91	66,33	106,13	185,74	222,88	390,04	833,56
III	6 m a 8 m	>2,70	8,50	14,89	41,69	72,97	116,74	204,31	245,16	429,04	916,92
IV	8 m a 10 m	≤ 3,10	10,22	17,87	50,04	87,56	140,10	245,16	294,20	514,85	1 100,32
V	8 m a 10 m	>3,10	11,23	19,66	55,03	96,31	154,11	269,69	323,62	566,33	1 210,34
VI	10 m a 12 m	≤ 3,30	13,48	23,59	66,04	115,58	184,93	323,62	388,35	679,61	1 452,41
VII	10 m a 12 m	>3,30	14,82	25,95	72,65	127,13	203,42	355,98	427,18	747,56	1 597,65
VIII	12 m a 15 m	≤ 4,50	17,80	31,14	87,18	152,56	244,11	427,18	512,61	897,08	1 917,18
IX	12 m a 15 m	>4,50	19,57	34,25	95,89	167,82	268,52	469,90	563,88	986,78	2 108,90
X	15 m a 20 m	Qualquer	23,49	41,10	115,08	201,38	322,21	563,88	676,65	1 184,14	2 530,67
XI	20 m a 25 m	Qualquer	28,19	49,31	138,09	241,65	386,66	676,65	811,98	1 420,97	3 036,82
XII	>25 m	Qualquer	33,83	59,18	165,71	290,00	463,99	811,98	974,38	1 705,16	3 644,17

ANEXO II

Época Alta — Tarifa Diárias Específicas para Utilização dos Passadiços da Doca de Recreio

Época Alta — Tarifário Diário para Estacionamento nos Passadiços — 2019

(Valores sem IVA)

Figueira da Foz			1.º Dia	2.º Dia	3.º Dia	4.º Dia	5.º Dia	6.º Dia
Classe	Comp.	Boca						
I	≤ 6 m	Qualquer	8,46	16,92	23,28	29,62	35,97	41,45
II	6 m a 8 m	≤ 2,70	13,54	27,08	37,23	47,39	57,54	66,33
III	6 m a 8 m	>2,70	14,89	29,79	40,96	52,14	63,30	72,97
IV	8 m a 10 m	≤ 3,10	17,87	35,74	49,15	62,56	75,95	87,56
V	8 m a 10 m	>3,10	19,66	39,31	54,05	68,80	83,54	96,31
VI	10 m a 12 m	≤ 3,30	23,59	47,18	64,88	82,57	100,27	115,58
VII	10 m a 12 m	>3,30	25,95	51,89	71,35	90,82	110,27	127,13
VIII	12 m a 15 m	≤ 4,50	31,14	62,27	85,63	108,97	132,33	152,56
IX	12 m a 15 m	>4,50	34,25	68,49	94,17	119,86	145,54	167,82
X	15 m a 20 m	Qualquer	41,10	82,19	112,99	143,84	174,66	201,38
XI	20 m a 25 m	Qualquer	49,31	98,63	135,61	172,60	209,58	241,65
XII	>25 m	Qualquer	59,18	118,36	162,75	207,14	251,52	290,00

ANEXO III

Tarifas para Estacionamento em Seco Terraplenos Doca de Recreio

Tarifário para Estacionamento em Seco — 2019

(Valores sem IVA)

Figueira da Foz			Diária		Semanal		Mensal		Trimestral		Anual
Classe	Comp.	Boca	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	
I	≤ 6 m	Qualquer	1,21	2,12	5,92	10,37	26,53	46,44	69,65	121,89	312,58
II	6 m a 8 m	≤ 2,70	1,94	3,38	9,47	16,59	42,45	74,29	111,43	195,02	500,15
III	6 m a 8 m	>2,70	2,13	3,72	10,42	18,24	46,70	81,71	122,58	214,52	550,15
IV	8 m a 10 m	≤ 3,10	2,55	4,47	12,51	21,89	56,04	98,07	147,10	257,42	660,19
V	8 m a 10 m	>3,10	2,80	4,91	13,76	24,08	61,64	107,87	161,82	283,17	726,20
VI	10 m a 12 m	≤ 3,30	3,37	5,89	16,51	28,89	73,98	129,45	194,17	339,80	871,44
VII	10 m a 12 m	>3,30	3,70	6,49	18,17	31,79	81,37	142,39	213,60	373,78	958,60
VIII	12 m a 15 m	≤ 4,50	4,45	7,79	21,80	38,14	97,64	170,87	256,30	448,53	1 150,30
IX	12 m a 15 m	>4,50	4,89	8,55	23,98	41,96	107,40	187,96	281,94	493,40	1 265,34
X	15 m a 20 m	Qualquer	5,87	10,28	28,77	50,34	128,89	225,54	338,32	592,07	1 518,40
XI	20 m a 25 m	Qualquer	7,04	12,34	34,52	60,42	154,66	270,67	405,99	710,49	1 822,09
XII	>25 m	Qualquer	8,45	14,79	41,42	72,50	185,59	324,79	487,19	852,58	2 186,50